

18/8/87  
47  
A-4

# Cresce disputa por floresta nacional

O Ibama deverá abrir novas áreas para atender aos interessados

Regina Scharf  
de São Paulo

A um mês da data de abertura das propostas das madeireiras para o manejo de uma gleba de 1 mil hectares da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, madeireiras e ambientalistas se agitam, na expectativa dos lucros e impactos que essa experiência, única na Amazônia, trará. Se for bem-sucedido, o modelo poderá ser estendido a outras áreas da reserva, que totaliza 685 mil hectares, e às demais florestas nacionais de domínio público da região.

Há quem veja a concorrência promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como uma questão de honra. "Será frustrante se uma empresa de fora ganhar", diz Marcelo Moura, vice-presidente da Associação das Indústrias Madeiras de Santarém, a cidade onde se concentram os candidatos que lideram a disputa, dada sua proximidade - apenas 83 quilômetros - da área de exploração. "Todo o mundo nos agride, mas com esse projeto mudaremos nossa imagem". O problema de muitas das 26 empresas de portes variados que integram a associação, segundo Moura, é a alta taxa de inadimplência, o que as tira do páreo. Não fosse isso, o interesse seria maior. "O preço médio do metro cúbico - R\$ 6 - é tentador, já que a madeira chegaria à serraria, em Santarém, na faixa dos R\$ 40", diz Moura.

Uma das maiores madeireiras de Santarém, a Cemex, foi das primeiras a comprar o edital. Segundo seu presidente, José Baranek, o negócio é atraente principalmente por abrir as

portas para algo maior. "Se a empresa escolhida tiver um bom desempenho, poderá ser autorizada pelo Ibama a ocupar outras glebas dentro da Floresta Nacional", explica. A Cemex já explora uma área de 15 mil hectares perto da reserva desde 1987. Ela fabrica 1.200 metros cúbicos anuais de pisos de madeiras nobres, dos quais exporta 70%, mas Baranek não divulga o valor faturado.

Os empresários de Belém estão menos entusiasmados que seus colegas de Santarém, sobretudo porque a única saída da gleba é por via rodoviária, o que encareceria o transporte. Mesmo assim, o presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará e do Amapá (Aimex), Roberto Vergueiro Pupo, vê grandes méritos na proposta. "Ela é importante por garantir a origem da madeira, um dos maiores problemas na Amazônia", afirma.

## Chance de lucros e de melhorar imagem anima madeireiras de Santarém a explorar reserva

A entidade, que congrega 52 empresas, comprou o edital para orientar seus associados, mas sua direção continua com várias dúvidas sobre as regras estabelecidas. Pupo questiona, por exemplo, a definição, no edital, de um preço fixo para a compra da madeira, se o procedimento mais comum é discutí-lo caso a caso, conforme a qualidade da árvore abatida. Segundo Paulo Benincá, diretor de Recursos Naturais Renováveis do Iba-

ma, esta uniformização viza, justamente, valorizar todo o tipo de madeira, e não apenas as de lei e sem imperfeições. Para esclarecer essa e outras dúvidas, haverá uma reunião na próxima quarta-feira na superintendência do Ibama em Belém.

Roberto Pupo não acredita que as candidatas a explorar madeira na Floresta Nacional do Tapajós o façam para dourar sua imagem. "Nenhuma madeireira hoje pode se dar ao luxo de entrar num empreendimento que dá prejuízo só para investir em marketing", afirma. Até porque, explica, isso pode nem compensar: a Alemanha, que boicotou os produtos tropicais nos últimos cinco anos, estaria começando a relaxar a pressão. "Este é um grande negócio tanto de um ponto de vista de marketing quanto econômico", garante Paulo Benincá, do Ibama, atestando que a madeira certificada pode alcançar preços até 15% mais elevados.

As madeireiras não foram as únicas a comprar o edital. Duas organizações não-governamentais, também estão analisando o documento: a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase) e o Greenpeace. "Esta licitação abre caminho para conflitos futuros entre os empresários e as 18 comunidades ribeirinhas existentes na floresta, que não participaram de nenhuma discussão sobre a concessão de áreas para manejo", avalia Roberto Kishinami, diretor executivo do Greenpeace. Ele questiona, também, os preços propostos para a madeira, similares aos do mercado. "É como se cobrássemos por um carro novo, que saiu da fábrica com todos impostos em dia, o mesmo preço de outro roubado".